

As eleições de 1994 levaram à Câmara e ao Senado Federal, bem como aos legislativos estaduais, um contingente crescente de mulheres, cujo número foi ainda mais expressivo entre os candidatos. No entanto, ao contrário de outros anos eleitorais, pouco se falou nas reivindicações das mulheres.

Nenhum debate televisivo de amplitude nacional abordou o assunto em particular, alguns partidos preferiram, antes mesmo de dada a partida na corrida às urnas, calar sobre temas polêmicos na sociedade brasileira - caso do PT no tocante à descriminalização e liberalização do aborto -, raras candidatas centraram seus discursos em temas feministas, como bem sublinha Céli Pinto em artigo seu neste número da REF. Embora programas de governo - PT e PSDB notadamente - tenham contemplado as mulheres em tópicos específicos, incorporando formulações e propostas feministas, não se viu, nem se sentiu tampouco que ganhámos novos espaços - senão formalmente -, ampliando a compreensão das nossas lutas.

Constatação surpreendente quando nos voltamos para a imensa mobilização do movimento de mulheres ao longo deste ano, diante da realização de importantes fóruns internacionais, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e as inúmeras reuniões preparatórias para a IV Conferência Internacional da Mulher, a ter lugar em Beijing em 1995. Em todo o país multiplicaram-se os documentos, evidenciaram-se as contradições e a diversidade do movimento de mulheres, registraram-se consensos na identificação de questões-chave para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o combate às práticas sexistas.

Quais as razões de tal esgarçamento? Por que os temas da agenda feminista internacional parecem não provocar debates sobre outros segmentos da sociedade brasileira que não aqueles imediatamente envolvidos com a questão? Ou seja, no caso, nós mesmas, onde quer que atuemos -

frentes militantes, ONGs, academia, setor público. Falta-nos um órgão nacional - como o antigo CNDM - que, de fato, galvanize demandas e sintetize/direcione propostas nacionalmente? Estamos mergulhadas na onda do "politicamente correto"? Isso traz, por um lado, maior legitimidade, mas, por outro, anesfesia embates que, por permanecerem surdos, dificilmente nos farão avançar mais coletiva, sinérgica e organicamente com o conjunto da nação. Ou tudo isso são sinais de maturidade e crescimento e, portanto, de tempos de convivência mais pacífica, embora não menos segregada?

A mesa-redonda Feminismo no Brasil de Hoje, que compõe este número, percorre algumas dessas indagações e retoma na REF a discussão sobre os rumos e a atualidade do Feminismo no país. Uma preocupação que tem orientado constantemente nosso perfil editorial, mas que hoje parece ganhar ainda mais relevância, diante do quadro de profundas reformas que se abre com o novo executivo federal, forte, pois *amplamente corroborado pelo voto*. Esse debate deve, *assim*, permanecer. As páginas da REF aguardam contribuições.

Lena Lavinas